NARRATIVAS DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO DAS POLÍTICAS CURRICULARES

Vanessa da Silva Nascimento Andrade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9184-3219
Endereço eletrônico: vanessa.nascimento@enova.educacao.ba.gov.br

Palavras-chave: ciclo de políticas; políticas curriculares; prática docente; ensino de história; autonomia docente

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, sistematizamos as reflexões iniciais de uma pesquisa em curso junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEd/UESB). A investigação problematiza como professores de História interpretam as normativas curriculares e atuam no contexto da prática, frente ao cenário de hegemonia neoliberal. Tal conjuntura, consolidada desde a década de 1990, impulsiona reformas como a Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e a Política Nacional de Ensino Médio (Lei nº 14.945/2024). A compreensão dessas políticas exige a observação das conexões que extrapolam as fronteiras nacionais, percebendo-as como textos da glocalização (Robertson, 1995 *apud* Ball, 2001), nos quais agendas de órgãos internacionais, como o Banco Mundial, são traduzidas para a realidade brasileira.

Conforme Ball (2025) e Laval (2019), o neoliberalismo configura-se como uma racionalidade política e como subjetividade. O primeiro autor afirma que o neoliberalismo atua sobre "dinheiro e mentes", para ele, o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como uma doutrina econômica ou um conjunto de políticas externas, mas como um processo que penetra em quase todos os aspectos de nossas vidas, do discurso às práticas, reformulando as subjetividades e os propósitos da educação (Ball, 2025). Neste contexto, o trabalho docente corre o risco de ser reduzido a uma dimensão técnica e executora. Diante desse cenário, o

objetivo geral desta investigação é compreender como os professores de História interpretam as normativas curriculares e atuam no contexto da prática.

Por sua natureza complexa e multifacetada, o objeto desta pesquisa demanda um desenho teórico-metodológico dotado de flexibilidade e dinamismo, capaz de romper com as perspectivas tradicionais, que operam com a lógica de implementação linear e vertical das políticas. Encontramos resposta para essa exigência analítica no Ciclo de Políticas[1], referencial que instrumentaliza um exame dialético e multidimensional ao conectar as esferas macro e micropolíticas. Esse arcabouço opera por meio de três contextos interdependentes: o contexto de influência, estágio onde as políticas públicas são normalmente iniciadas e os discursos políticos são construídos; o contexto da produção do texto, que materializa a política em diretrizes legais; e, o contexto da prática, espaço de efetiva encenação (*enactment*). Nesta arena, a política não é meramente implementada, mas reinterpretada com base nas histórias, nas experiências, nos contextos e nos propósitos de cada profissional, o que pode gerar mudanças significativas em relação à proposta original. Articulada ao Ciclo de Políticas, a Teoria da Atuação (Ball; Maguire; Brown, 2016) demonstra que as prescrições das políticas são tensionadas e filtradas no cotidiano escolar via processos subjetivos de interpretação e tradução. Nessa perspectiva, o professor deixa de ser um mero executor passivo para atuar como um sujeito político ativo e plural, configurando a prática docente como um microprocesso complexo de resistência, hibridismo e constante ressignificação do currículo.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, de inspiração etnográfica e fundamentada na investigação narrativa, compreendida como uma perspectiva que reconhece as experiências e trajetórias docentes como formas legítimas de produção de conhecimento (Goodson, 2019). O percurso metodológico articula revisão bibliográfica, análise documental e produção de dados em campo. O *corpus* documental analisado é composto pela BNCC e pelo DCRB. Os participantes são professores de História da rede estadual da Bahia, em Vitória da Conquista, selecionados por critérios de formação específica, vínculo profissional e tempo de docência. A

[1] O ciclo de políticas foi proposto em 1992 por Bowe e Ball em artigo na revista Curriculum Studies (BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992). Posteriormente (ainda no mesmo ano), a teoria foi reformulada com contribuições de Anne Gold e apresentada no livro: BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools:* case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

produção de dados, em campo, ocorrerá em três etapas: (1) entrevistas narrativas; (2) observação participante, com registro em diário de campo e audiovisual; (3) entrevistas semidiretivas mediadas por registros das etapas anteriores. O mapeamento inicial de descritores presentes nos documentos foi realizado com apoio da ferramenta NotebookLM (Google), sendo os resultados posteriormente conferidos e analisados pela pesquisadora. Os dados serão submetidos à análise temática, buscando identificar padrões, sentidos e recorrências interpretados à luz do referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados advindos da análise documental e das incursões preliminares em campo evidenciam uma tensão centralizadora nas normativas curriculares brasileiras. Um dado quantitativo relevante a ser problematizado é a menção ao termo "autonomia". Enquanto a BNCC a cita 27 vezes, frequentemente focada na formação do aluno, o DCRB o faz 73 vezes, enfatizando a autonomia e a autoria do professor. Nessa perspectiva, de acordo com Ball, Maguire e Braun (2016, p. 31), os textos das políticas educacionais possuem características *readerly* (prescritivo) ou *writerly* (escrevível). Assim, a BNCC caracteriza-se como um texto predominantemente prescritivo, de linguagem impositiva, ao passo que o documento estadual apresenta-se como um texto escrevível, sinalizando brechas para a atuação docente.

A análise sob a ótica do Ciclo de Políticas revela que, no contexto de influência, as reformas alinham-se a organismos multilaterais e à agenda de padrões neoliberal (Ball; Maguire; Braun, 2016). No entanto, no contexto da prática a política não é aplicada mecânica e automaticamente, mas atuada e encenada. Os professores assumem papéis diversos frente a essas demandas, subvertendo a visão utilitarista e reafirmando seu papel como intelectuais que operam reinterpretações e recontextualizações. O ensino de História, especificamente, configura-se como um "lugar de fronteira" (Monteiro; Penna, 2011), onde a disciplina negocia com o recrudescimento do conservadorismo e a disputa pela memória (Gabriel; Martins, 2022).

A relevância desses achados reside na contraposição ao utilitarismo que questiona a importância e a validade da disciplina História. Ao dar “inteligibilidade ao tempo presente” (Caimi, 2015), o conhecimento histórico e a prática docente mostram-se ferramentas potentes de criação e enfrentamento à lógica neoliberal. Como limitação e contradição da própria

política, apontamos que embora o DCRB ofereça brechas de resistência, ele permanece vinculado à estrutura técnica da BNCC, o que pode restringir a autonomia prática. Além disso, por ser uma pesquisa em curso, os resultados carecem de uma triangulação mais profunda com as narrativas docentes e observações, etapas fundamentais para validar as inferências aqui apresentadas.

CONCLUSÕES

Esta investigação evidencia que a compreensão das normativas curriculares e a prática docente são processos interdependentes e atravessados por contextos políticos amplos. Ao confrontar as normas com a realidade do campo, percebemos que a atuação do professor de História, ao recontextualizar as políticas, revela que a docência é um espaço de apropriação, resistência e negociação. A centralização curricular, embora busque a homogeneização através da BNCC e do DCRB, encontra no cotidiano escolar sujeitos ativos que preservam e garantem a pluralidade e a singularidade do ato educativo. Em consonância com os objetivos propostos, concluímos preliminarmente que o fortalecimento da autonomia docente e a valorização do saber de experiência (Tardif, 2002) são caminhos fundamentais para enfrentar a descaracterização do fazer pedagógico imposta pela lógica de mercado. Embora seja prematuro fazer afirmações conclusivas, tendo em vista que a pesquisa está em fase inicial, reafirmamos a hipótese de que a escola pública permanece operando como um espaço de produção de conhecimento e de disputa política. O neoliberalismo é uma realidade hegemônica, mas, ainda há espaços para que a descaracterização da educação e a precarização do fazer docente, processos em curso, sejam denunciados e que sejam construídas propostas alternativas a essa realidade.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras,** v. 1, n. 2, p. 99-116, jul/dez. 2001. Disponível em: curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 5 jun. 2026.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2025.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**:

atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

CAIMI, Flávia Eloísa. O que precisa saber um professor de história?. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105–124, jul./dez. 2015. DOI: 10.5433/2238-3018.2015v21n2p105. Disponível em: uel.br. Acesso em: 21 mar. 2026.

GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Apresentação - Docência: entre processos de objetivação e subjetivação de sujeitos e conhecimentos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e88204, 2022. Disponível em: fcc.org.br. Acesso em: 21 mar. 2026.

GOODSON, Ivor F. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social**. Tradução de Henrique Carvalho Calado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, jan./abr. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/X98vJ88tYV4JqQdJ85q688K/. Acesso em: 5 jun. 2026

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.